



No Dia do Maçom, destaque para princípios e solidariedade

Sessão especial realizada sexta-feira no Plenário homenageou a Maçonaria, reunindo cerca de cem maçons e os senadores Mozarildo Cavalcanti, Geraldo Mesquita Júnior, Adelmir Santana e Lúcia Vânia. **4**

Mozarildo Cavalcanti (E) sugeriu a homenagem ao Dia do Maçom

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVI – Nº 3.292 – Brasília, segunda-feira, 23 de agosto de 2010

Veto de Lula à LDO mostra que Executivo concentra decisões

Nota técnica conjunta das consultorias do Senado e da Câmara, encaminhada à Comissão Mista de Orçamento, examina repercussão dos 603 vetos do presidente da República à Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011

O veto sobre praticamente todas as ações orçamentárias incluídas pelo Congresso no anexo de metas e prioridades da Lei de Diretrizes Orçamen-

tárias (LDO) sinaliza para a concentração do poder de decisão sobre o Orçamento no Executivo, segundo a nota técnica. Das ações incluídas no anexo, foram preserva-

das apenas 92, exatamente as que se originaram de indicações do próprio governo. O veto dá ao Executivo maior controle, inclusive, sobre a execução das obras do PAC. **3**



Projetos revelam preocupação com desaparecimento de crianças

Propostas de Gerson Camata, Pedro Simon, Roseana Sarney e Renan Calheiros visam facilitar localização. **2**

Proposta atualiza Política Nacional do Livro e amplia isenção fiscal

O senador Acir Gurgacz propõe estender isenção às publicações em braile e por meio eletrônico (e-book reader). **2**

Benefícios a vítimas de enchentes e deslizamentos

Duas comissões analisam projetos de Romeu Tuma que buscam minimizar efeitos de desastres naturais. **3**

Murici (AL) ficou debaixo d'água no início de julho: uma das iniciativas prioriza atendimento de desabrigados em programas habitacionais

Quatro propostas – de Renan Calheiros, Roseana Sarney, Gerson Camata e Pedro Simon – revelam preocupação sobre desaparecimento de crianças e adolescentes

Projetos visam facilitar busca de crianças desaparecidas

HÁ SEIS MESES, o governo federal lançou o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas, atendendo, de forma ampliada, o que prevê a Lei 12.127/09. Essa norma instituiu o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos e resultou de projeto (PL 1.842/07) da presidente da comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga o tema, deputada Bel Mesquita (PMDB-PA). Foi aprovado pelos senadores em novembro do ano passado e sancionado no mês seguinte. A base de dados desse cadastro pode ser encontrada no site <http://www.cnpd.org.br>.

O desaparecimento de crianças e adolescentes é há muito tempo tema de projetos de iniciativa dos senadores. Atualmente, quatro propostas que tramitam no Senado tratam dessa rede de dados que apoia as buscas.

A mais recente das propostas tramita na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e está pronta para votação. Trata-se de projeto (PLS 478/09) de Renan Calheiros (PMDB-AL), apresentado antes da sanção da lei que instituiu o cadastro de crianças e adolescentes desaparecidos. A proposta modifica o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e não propõe lei específica.

Quando apresentou a proposta, o cadastro nacional ainda não havia sido implementado e o senador argumentou haver divergências entre as estatísticas



Proposta de Renan já foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça

oficiais, que acusariam o desaparecimento de 1.257 crianças e adolescentes entre 2000 e 2009, e as informações de entidades que lidam com o problema, que estimariam em cerca de 40 mil o número de casos por ano.

Como a lei que está em vigor, o projeto também prevê a criação de um cadastro centralizado e integrado, com informações sobre os desaparecimentos de crianças e adolescentes.

A proposta do senador é de que o cadastro nacional seja previsto no próprio Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Além disso, o texto permite que as informações do banco de dados sejam fornecidas por qualquer órgão público ou por instituições da sociedade organizada. O projeto de Renan já passou pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde recebeu parecer favorável

a partir de relatório do senador Aloizio Mercadante (PT-SP). Na CDH, conta com voto pela aprovação, elaborado pelo senador Cícero Lucena (PSDB-PB).

Sistema

Com abrangência maior do que a lei em vigor, substitutivo da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) a projeto (PLS 211/04) da então senadora Roseana Sarney foi aprovado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em 7 de julho. A matéria encontra-se agora na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Além de criar o Sistema Nacional de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos (Silcad), a proposta prevê a formação de um banco de material genético (DNA) de crianças e adolescentes encontrados, bem como de pretensos familiares e pais para ajudar em processos de investigação de identidade e de filiação.

Projeto (PL 1.858/99) do senador Gerson Camata (PMDB-ES) que também torna obrigatória a veiculação por emissoras de rádio e televisão de informações sobre menores desaparecidos encontra-se na Câmara.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) também tem projeto já aprovado no Senado (PLS 285/05) que determina que as ações de investigação tenham início tão logo haja notificação do desaparecimento.

Proposta amplia isenção para produtos equiparados ao livro

Está pronto para ser votado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) projeto que altera a Política Nacional do Livro (Lei 10.753/03) para atualizar a definição e ampliar a lista de itens equiparados a este produto.

Apresentada pelo senador Acir Gurgacz (PDT-RO), a proposta (PLS 114/10) inclui, na isenção de impostos, livros publicados em diferentes formatos: impressões tradicionais e conversões em formato digital, magnético ou ótico. Também ficarão equiparados aos livros os equipamentos cuja função exclusiva ou primordial seja a leitura de textos em formato digital ou a audição de textos em formato magnético ou ótico, como o conhecido Kindle, leitor eletrônico de livros (*e-book reader*).

Acir Gurgacz argumenta que

a digitalização de obras e a publicação de livros digitais vêm crescendo exponencialmente, e que a própria Biblioteca Nacional já firmou acordo com o Google para a digitalização de mais de 2 milhões de livros.

Para o senador, o projeto vai ao encontro de diretrizes da Política Nacional do Livro, como a de assegurar ao cidadão o pleno exercício do direito de acesso e uso das publicações; e a de fomentar e apoiar a produção, edição, difusão, distribuição e comercialização do livro; e a de promover e incentivar o hábito da leitura, entre outras.

O relator na CAE, Francisco Dornelles (PP-RJ), já apresentou parecer pela aprovação do projeto. A decisão terminativa caberá à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Senado recebe o projeto Arte Superando Barreiras

De 24 a 27 de agosto, o Senado abrigará em seu Salão Branco o projeto Arte Superando Barreiras, com a mostra individual da artista plástica Kátia Santana, que tem paralisia cerebral. O projeto, que promove a inclusão de pessoas portadoras de deficiência que buscam superar barreiras por meio da arte, tem realizado exposições itinerantes em várias cidades brasileiras com as obras de Kátia.

Além das pinturas, o projeto também promove apresentações musicais do arranjador e compositor Evaldo Leoni, acompanhando *performances*

de Kátia, que pinta quadros diante do público. Esta será a quinta exposição da artista, que já exibiu suas obras em espaços culturais de São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Nova Lima (MG). O projeto tem curadoria de Ivana Andrés e produção-executiva de Simone Senra e Luciana Pereira Santos.

No Senado, estão programadas duas *performances* de Kátia, nos dias 24 e 25, às 15h30. A mostra faz parte da programação da Semana do Excepcional, celebrada anualmente em todo o país. As próximas exposições da artista deverão ocorrer em Curitiba e Vitória.

ESTA SAUDADE PODE TER FIM

Sua informação pode trazer de volta uma criança desaparecida

DISQUE 100
www.desaparecidos.mj.gov.br

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Homenagem ao corretor de imóveis

11h Sessão especial para comemorar o Dia do Corretor de Imóveis, celebrado em 27 de agosto. Às 14h, o Plenário se reúne em sessão não deliberativa.

CPC Sugestões ao Código de Processo Civil

13h A comissão de juristas encarregada de elaborar o anteprojeto de novo Código de Processo Civil coleta sugestões e examina possíveis modificações na proposta.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida por Mozarildo Cavalcanti • Geraldo Mesquita Júnior

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sílvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo Alves e Osmar de Jesus Miranda

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

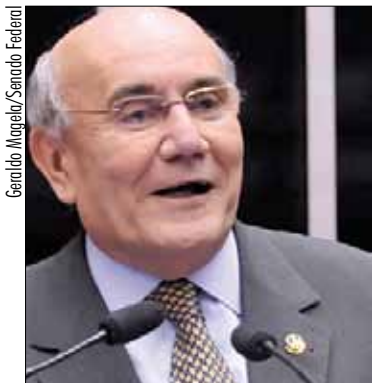


Marisa Serrano propõe dedução do IR para empresas contratantes

Projeto facilita contratação de ex-presos

Encontra-se na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) projeto (PLS 70/10) aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), no último dia 4, que autoriza as empresas que contratarem ex-presidiários a deduzirem do Imposto de Renda devido os gastos sociais com esses empregados. O vice-presidente da CAE, Delcídio Amaral (PT-MS), deverá designar até o dia 31 um relator para a proposta.

O projeto, apresentado por Marisa Serrano (PSDB-MS), prevê que a dedução poderá ser feita durante dois anos, desde que as empresas declarem Imposto de Renda pelo lucro real. A proposta exclui as empresas que declaram pelo lucro presumido. A senadora argumenta que os ex-presidiários são vítimas de discriminação e segregação social e enfrentam dificuldade para conseguir emprego depois de cumprida a pena.



Flexa Ribeiro: projeto livra consumidor de ser refém da rede autorizada

Concorrência na venda de peças de automóveis

O manual de manutenção dos veículos deve trazer a denominação, a marca e o código de referência de suas principais peças. Essa obrigação ficará a cargo do fabricante ou do importador do automóvel caso seja aprovado projeto do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) que inclui essa exigência no Código de Defesa do Consumidor (CDC). A matéria está pronta para ser votada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Flexa Ribeiro acredita que as informações vão facilitar a compra de peças de reposição pelos proprietários de veículos. Um dos objetivos do projeto (PLS 125/10) é estimular a concorrência no mercado de peças de reposição, livrando o consumidor de ficar "refém" da rede autorizada.

Essa é a conclusão das consultorias de Orçamento das duas Casas do Congresso, segundo as quais os vetos atingiram principalmente ações e metas físicas incluídas pelos parlamentares no anexo da Lei de Diretrizes Orçamentárias

Vetos à LDO indicam concentração de poder decisório no Executivo

O VETO SOBRE praticamente todas as ações orçamentárias incluídas pelo Congresso no anexo de metas e prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2011 sinaliza para a concentração do poder de decisão sobre o Orçamento no Executivo, viabilizado especialmente por meio do processo de seleção, formulação e implementação das ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Essa é uma das conclusões da nota técnica conjunta das consultorias de Orçamento do Senado e da Câmara sobre os 603 vetos que foram publicados

na semana passada, quando o presidente Lula sancionou a LDO. A nota foi encaminhada à Comissão Mista de Orçamento (CMO).

O anexo define as ações e respectivas metas físicas prioritárias para a administração federal em 2011 – a previsão de uma rodovia, por exemplo, deverá ser acompanhada de suas dimensões em quilômetros. Quando uma ação consta do anexo, o governo fica obrigado a reservar recursos no Orçamento para sua execução. Na prática, o anexo permite reduzir a discricionariedade do Executivo na seleção de políticas

públicas derivadas de recursos discricionários (desvinculados de obrigações específicas).

Das ações incluídas no anexo, foram preservadas apenas 92, exatamente as que se originaram de indicações do próprio governo. Outros 30 vetos incidiram sobre o texto da lei.

Para as consultorias, os vetos ao texto da lei, ainda que tenham frustrado uma série de iniciativas, não "desfiguram nem atingem a essência" do que foi aprovado pelo Congresso. Já os cortes sobre as ações inseridas no anexo a partir de 1.145 emendas individuais e coletivas de parlamentares, bancadas e comissões

"reduzem o papel da LDO e as prerrogativas do Legislativo na definição dos gastos públicos".

Além disso, os consultores destacam que o governo encaixinou o projeto sem incluir o anexo, deixando de seguir regra constitucional com essa previsão. O Congresso elaborou-o depois.

Os vetos também eliminaram do anexo as obras do PAC, mas essa iniciativa não afetou o caráter prioritário do programa. O corte, no entanto, teve o efeito de reduzir a visibilidade sobre as ações do programa que realmente serão eleitas para o próximo ano.



Moradores da cidade de Jacuípe, em Alagoas, tiveram suas casas destruídas por inundações no mês de junho

Ajuda federal mais rápida nos desastres

Se a população tem um canal aberto para denunciar riscos de desastres climáticos – o site Alerta 199 (www.alerta199.com.br) –, os municípios contam com um meio rápido e eficaz de registrar esses episódios junto à Secretaria Nacional de Defesa Civil (Sedec). O caminho para as coordenadorias municipais aderirem ao Sistema Nacional de Defesa Civil também está na internet (www.defesacivil.gov.br), o que deve garantir o envio rápido de ajuda federal às vítimas de inundações, desabamentos e outros acidentes do gênero.

Para promover a troca de experiências entre estados e municípios na prevenção e na redução de riscos de desastres climáticos, profissionais do setor em todo o país vão se encontrar no VII Fórum Nacional de Defesa Civil, a ser realizado de 22 a 24 de setembro em Ponta Porã (MS).

Especialistas apontam que a ação preventiva contribuiu para reduzir ou evitar prejuízos como os recentes estragos causados pelas chuvas em Alagoas e Pernambuco. Dados da Sedec de junho passado dão conta da destruição ou danificação de 19.164 casas e 200 quilômetros de estradas em Alagoas. Por sua vez, Pernambuco teve 14.136 casas destruídas ou danificadas, 4.478 quilômetros de estradas prejudicadas e 142 pontes destruídas.

Para enfrentar esse cenário, o governo federal editou este mês o Decreto 7.257/10, tratando do reconhecimento de situação de emergência e estado de calamidade pública; das transferências de recursos para ações de socorro; da assistência às vítimas; do restabelecimento de serviços essenciais; e da reconstrução de áreas atingidas por desastres.

Projetos beneficiam as vítimas de enchentes e deslizamentos

Alerta de baixa umidade em estados do Centro-Sul; alerta de geada em estados do Sul e Sudeste. Esses são os registros mais recentes do site Alerta 199, criado pela Secretaria Nacional de Defesa Civil (Sedec) para que a população não só se informe, mas também denuncie situações de risco ou emergência causadas por problemas climáticos. Episódios como esses levaram o senador Romeu Tuma (PTB-SP) a apresentar dois projetos de lei beneficiando vítimas de enchentes ou deslizamentos de barreiras.

A destruição causada por inundações em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul e em São Paulo, em 2009, motivou a elaboração do PLS 572/09, que prioriza o atendimento de desabrigados em programas habitacionais financiados pelo governo federal. A proposta já foi aprovada, com substitutivo, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e aguarda o exame, em decisão terminativa, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

O relator na CAE, senador Raimundo Colombo (DEM-SC),

atualmente licenciado, sugeriu a inclusão desse atendimento preferencial na Lei 11.977/09, que regula o programa Minha Casa, Minha Vida. Os beneficiários seriam moradores de baixa renda residentes em áreas de risco e proprietários de um único imóvel, destruído em catástrofes naturais ou condenado à remoção para viabilizar projetos de regularização fundiária.

Encostas

Já a tragédia associada aos deslizamentos de terra em Angra dos Reis (RJ), no início de 2010, levou Tuma a apresentar o PLS 4/10. A proposta altera o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01) para tornar obrigatória a realização de estudos geológicos, geotécnicos e topográficos para se construir em encostas de morros, montanhas, maciços, terrenos alagadiços ou sujeitos a inundação, e em outras áreas com solo instável.

Caso a medida venha a constar do Estatuto da Cidade, os municípios terão um ano para elaborar os estudos técnicos dos imóveis já construídos em áreas de risco. Se essa exigência não for cumprida



Tuma vê deficiência do poder público na prevenção de desastres naturais dentro do prazo, essas edificações deverão ser demolidas.

O projeto vai ser analisado pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), tendo o senador Eliseu Resende (DEM-MG) como relator, e pela CDR, onde será votada em caráter terminativo.

Na justificativa das duas propostas, Romeu Tuma aponta deficiências do poder público em prevenir esse tipo de acidente. O senador critica a resistência de municípios, estados e até da União em assumir suas responsabilidades frente a tragédias climáticas e a falta de manutenção e de monitoramento das ocupações nas encostas.

“Maçonaria deve ajudar na construção do futuro do país”

Em sessão comemorativa do Dia do Maçom, Mozarildo diz que instituição “deve se renovar e se preparar para os novos tempos, sem esquecer o seu passado grandioso”

AO AFIRMAR QUE a Maçonaria tem enorme responsabilidade na construção do futuro do Brasil, o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse ontem que a organização “deve se renovar e se preparar para os novos tempos, sem esquecer, no entanto, o seu passado grandioso”. Ele fez a declaração durante sessão especial em homenagem ao Dia do Maçom, que é comemorado em 20 de agosto. A sessão contou com a presença de cerca de cem maçons de vários estados e dos senadores Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), Adelmir Santana (DEM-DF) e Lúcia Vânia (PSDB-GO).

Autor do requerimento que resultou na homenagem, Mozarildo observou que os chamados pedreiros-livres tiveram grande participação nos principais episódios da história do país, como os movimentos nativistas e a independência do jugo português.

Mozarildo explicou que a Maçonaria não é uma religião, mas pode ser considerada uma ordem religiosa, “porque está aberta a todos os credos e orientações religiosas, sem qualquer preconceito ou discriminação”. O senador também esclareceu que, ao contrário do que se pensa, a Maçonaria não é uma confraria apenas de homens:

– As mulheres são participantes ativas e vitais em todas as atividades da Maçonaria. A tal ponto que os homens só viram



Foto de José Cruz/Senado Federal

Observado por dirigentes maçônicos, Mozarildo exalta a atuação dos pedreiros-livres

maçons se as mulheres permitirem, porque primamos pela organização familiar, e não teria sentido causar um mal-estar dentro de uma família porque a mulher não aceita que o marido vire maçom – assinalou.

Mozarildo fez um histórico da ação da Maçonaria desde a Europa, em meados do século 18, quando exerceu papel imprescindível na Revolução Francesa, inclusive cedendo o lema “liberdade, igualdade, fraternidade”

ao movimento. Ele afirmou que também eram maçons os líderes da revolução que libertou os Estados Unidos da Inglaterra e frisou o trabalho da Maçonaria na construção daquele país.

Citando pesquisa da Rede Globo que aponta, como prioridades do brasileiro, saúde, educação, segurança pública, emprego, custo de vida e habitação, o senador disse que a Maçonaria pode ajudar na melhoria de todos esses setores.

Líderes maçônicos cobram voto consciente

O combate à corrupção na esfera pública e a escolha de candidatos comprometidos com a ética e a moral na política. Nesses dois apelos se uniram líderes maçônicos de todo o país durante a homenagem do Senado. Eles chamaram os eleitores a votar com consciência no dia 3 de outubro para renovar os quadros políticos e eleger candidatos comprometidos com o desenvolvimento nacional.

– Essa é uma oportunidade de renovação, de afastar da vida pública aqueles que foram alvo de denúncias. É preciso ter a consciência de

não votar naquele que nos vai representar apenas por ser um colega de classe, um amigo ou um elemento que conhecemos na TV ou no rádio. Temos de escolher aqueles que têm algo a oferecer ao país – recomendou o grão-mestre-geral do Grande Oriente do Brasil, Marcos José da Silva.

O grão-mestre da Grande Loja Maçônica do Distrito Federal, Juvenal Amaral, defendeu a necessidade de incentivar os jovens e os homens de bem a participar da vida política do país.

– Só o exercício do voto consciente é que vai afastar

os candidatos não comprometidos com o decoro necessário ao exercício da função pública – argumentou.

O presidente da Confederação Maçônica do Brasil, Rubens Franz, afirmou que o povo quer, sim, pessoas de “ficha limpa” nos três Poderes. Já o grande mestre nacional do Supremo Conselho da Ordem DeMolay para o Brasil, Wilson José Barbosa Júnior, declarou que, mais importante que a Lei da Ficha Limpa, é a luta contra a impunidade.

– Quem escolhe a vida pública tem a obrigação de dar o exemplo – declarou.



Maçons de vários estados lotam o Plenário durante sessão comemorativa da data dedicada aos pedreiros-livres, que contou com pronunciamentos de senadores e dirigentes da Maçonaria

Mesquita Júnior frisa promoção da amizade e das boas obras

A Maçonaria tem como missão fazer amigos, aperfeiçoar suas vidas, dedicar-se às boas obras, promover a verdade e reconhecer seus semelhantes como homens e irmãos. O destaque foi feito pelo senador Geraldo



Geraldo Mesquita Júnior

Mesquita Júnior (PMDB-AC) em discurso pontuado pelo compromisso de informar sobre os valores e objetivos que orientam a existência da instituição, procurando desmitificar aspectos que circulam de forma errônea na sociedade.

– A missão da Maçonaria ainda é a prática das virtudes e da caridade, é confortar os infelizes, não voltar as costas à miséria, restaurar a paz de espírito e a paz aos desamparados e dar novas esperanças aos desesperançados – definiu.

Mesquita Júnior esclareceu, entre outros pontos, que a Maçonaria não deve ser entendida como uma seita religiosa, mas sim um “culto que une homens de bons costumes”. Por isso, explicou, não promove qualquer

dogma que deve ser aceito por todos, buscando apenas recomendar a prática da virtude, sem oferecer “panaceias para a redenção de pecados”.

– Seu credo religioso consiste apenas em dois artigos de fé que não foram inventados por homens, mas que se encontram neles instintivamente desde os mais remotos tempos da história: a existência de Deus e a imortalidade da alma, que têm como corolário a irmandade dos homens sob a paternidade de Deus – observou.

Lúcia Vânia ressalta ideais e dedicação à filantropia

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) afirmou que a instituição secular “de porte histórico, político, social e cultural se expressa através de homens plasmados nos ideais de liberdade, fraternidade e igualdade”.



Lúcia Vânia

Em discurso na tribuna do Plenário, Lúcia Vânia disse que fez questão de participar da homenagem aos maçons porque se identifica profundamente com a Maçonaria de seu estado. A senadora explicou que, há dois anos, recebeu o título de Benfeitora da Ordem e o diploma de honra ao mérito da Inspeção Litúrgica, con-

cedidos pela Maçonaria Filosófica do Rito Escocês do estado de Goiás.

– Calaram profundamente em minha alma as palavras do presidente da Loja de Perfeição Segredo e Virtude, Marizil de Oliveira, quando afirmou

que, na minha pessoa, eram homenageadas todas as mulheres goianas – assinalou a parlamentar.

Em seu pronunciamento, Lúcia Vânia exaltou a preocupação da Maçonaria com a filantropia e elogiou o caráter contemporâneo da instituição, embora, segundo frisou, traga “marcas da história”.

Adelmir destaca trabalho para redução das desigualdades

Adelmir Santana (DEM-DF) destacou a vocação social da Maçonaria na formação da sociedade brasileira. De acordo com o senador, a entidade tem contribuído para reduzir as desigualdades no país.



Adelmir Santana

– A ação social da Maçonaria e sua preocupação com a coletividade e com a fraternidade tornam essa instituição um referencial social, um verdadeiro sol a iluminar as trilhas obscuras – afirmou.

Os valores como liberdade, igualdade e fraternidade, pregados pela instituição também foram elogiados por ele.

– A cultura maçônica contribui para que tenhamos a capacidade de fazer o bem. São valores altruístas voltados para o bem coletivo – destacou o senador.

Adelmir conclamou os maçons a conscientizarem o povo sobre a participação nas eleições, devido ao “senso de cidadania exemplar” que têm. Segundo ele, esse grupo pode ajudar os políticos a definirem as regras de

funcionamento da sociedade e buscar justiça e igualdade na distribuição de direitos e deveres.

– Os maçons, pela importância que têm e pela influência social que exercem, contribuirão, mais uma vez, para orientar o cidadão a bem escolher seus representantes nas próximas eleições de outubro – previu.

Adelmir pediu que os participantes da ordem ajudem a sociedade brasileira a fazer uma análise profunda sobre os rumos da política.